

CA-826/2021 – Sicoob São Paulo

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Senhores:

1. Objetivando atender a Instrução Normativa nº 54, de 07/12/2020, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data Base:	06/2021
Documentos:	<ul style="list-style-type: none">✓ Balanço Patrimonial✓ Demonstração do Resultado✓ Demonstração do Resultado Abrangente✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido✓ Notas Explicativas✓ Relatório de Auditoria Independente✓ Relatório da Administração
Data publicação no site:	27/08/2021
Sítio eletrônico publicação:	www.sicoobsp.coop.br

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

3. Finalizando, colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários, através do e-mail jcorsi@sicoobsp.coop.br.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SÃO PAULO

Pedro Sérgio do Carmo
Diretor Responsável pela Contabilidade

José Guilherme Cardoso Corsi
Contador
CRC 1SP314649

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		8.882.377.271,90	7.239.005.837,00
DISPONIBILIDADES		4.359.780,92	4.008,54
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		8.715.797.151,45	7.079.364.755,18
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	6.036.733.071,31	6.995.555.260,54
Títulos e Valores Mobiliários	6	2.676.308.956,91	79.200.415,99
Operações de Crédito	7	2.236.445,20	3.771.129,35
Outros Ativos Financeiros	8	518.678,03	837.949,30
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(11.182,23)	(18.855,65)
(-) Operações de Crédito		(11.182,23)	(18.855,65)
(-) Outras		-	-
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	37.058,50	33.018,76
OUTROS ATIVOS	10	2.858.564,61	2.963.568,19
INVESTIMENTOS	11	156.737.219,23	153.883.398,95
IMOBILIZADO DE USO	12	3.618.434,98	3.615.622,94
INTANGÍVEL	13	347.545,51	295.817,79
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES		(1.367.301,07)	(1.135.497,70)
TOTAL DO ATIVO		8.882.377.271,90	7.239.005.837,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.882.377.271,90	7.239.005.837,00
DEPÓSITOS	14	493.017.839,60	493.642.753,31
Depósitos à Prazo		493.017.839,60	493.642.753,31
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		8.111.199.539,60	6.474.894.643,78
Relações Interfinanceiras	15	8.111.178.705,56	6.474.432.756,10
Centralização Financeira - Cooperativas		8.111.178.705,56	6.474.432.756,10
Outros Passivos Financeiros	16	20.834,04	461.887,68
PROVISÕES	18	516.278,03	835.549,30
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS		300.121,22	340.045,25
OUTROS PASSIVOS	17	5.051.177,28	6.307.462,09
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		272.292.316,17	262.985.383,27
CAPITAL SOCIAL	19 a)	236.612.120,08	219.681.856,49
RESERVAS DE SOBRAS	19 b)	35.261.032,74	35.261.032,74
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(3.629.913,12)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	19 c)	4.049.076,47	8.042.494,04
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.882.377.271,90	7.239.005.837,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20	100.262.217,37	93.893.271,96
Operações de Crédito		60.099,39	15.562,31
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		86.418.242,67	85.417.100,82
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		13.783.875,31	8.460.608,83
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21	(97.746.695,58)	(87.324.352,15)
Operações de Captação no Mercado		(7.287.750,47)	(69.092.031,48)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(90.466.618,53)	(18.213.729,29)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		7.673,42	(18.591,38)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.515.521,79	6.568.919,81
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		1.534.219,68	(873.271,63)
Dispêndios e Despesas de Pessoal	22	(4.333.345,07)	(3.655.869,57)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	23	(2.063.677,41)	(2.596.108,17)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(61.208,40)	(66.216,01)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		5.969.475,97	4.025.709,00
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	24	2.208.649,65	1.441.641,24
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais		(185.675,06)	(22.428,12)
RESULTADO OPERACIONAL		4.049.741,47	5.695.648,18
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		(665,00)	-
(-) Perdas de Capital		(665,00)	-
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		4.049.076,47	5.695.648,18
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		4.049.076,47	5.695.648,18
JUROS AO CAPITAL		-	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		4.049.076,47	5.695.648,18

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Outros Resultados Abrangentes	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		231.661.176,01	(113.407,24)	22.503.443,71	9.885.269,73	-	5.033.073,45	268.969.555,66
Distribuição de sobras para associados		5.033.073,45	-	-	-	-	(5.033.073,45)	-
Por Subscrição/Realização		1.443.430,48	113.407,24	-	-	-	-	1.556.837,72
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	-	5.695.648,18	5.695.648,18
Saldos em 30/06/2020		238.137.679,94	-	22.503.443,71	9.885.269,73	-	5.695.648,18	276.222.041,56
Saldos em 31/12/2020		219.681.856,49	-	25.375.763,01	9.885.269,73	-	8.042.494,04	262.985.383,27
Distribuição de sobras para associados		8.042.494,04	-	-	-	-	(8.042.494,04)	-
Por Subscrição/Realização		32.068.803,40	(22.500.000,03)	-	-	-	-	9.568.803,37
Por Devolução (-)		(681.033,82)	-	-	-	-	-	(681.033,82)
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	-	4.049.076,47	4.049.076,47
Ajuste de avaliação patrimonial - invest. em coligadas e controladas		-	-	-	-	(3.629.913,12)	-	(3.629.913,12)
Saldos em 30/06/2021		259.112.120,11	(22.500.000,03)	25.375.763,01	9.885.269,73	(3.629.913,12)	4.049.076,47	272.292.316,17

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Reais)

Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	4.049.076,47	5.695.648,18
Distribuição de Sobras e Dividendos	(513.777,62)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.969.475,97)	(4.025.709,00)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(7.673,42)	18.591,38
Atualização de Depósitos em Garantia	(7.332,97)	(9.428,12)
Depreciações e Amortizações	231.803,37	123.480,93
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	(2.217.380,14)	1.802.583,37
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(67.018,53)	(5.177.620,53)
Títulos e Valores Mobiliários	(2.599.312.070,53)	99.527.053,73
Operações de Crédito	1.534.684,15	(3.718.275,15)
Outros Ativos Financeiros	326.604,24	0,00
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(4.039,74)	(7.167,12)
Outros Ativos	105.003,58	(30.728,71)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos à Prazo	(624.913,71)	(4.491.484.766,60)
Relações Interfinanceiras	1.636.745.949,46	5.729.457.872,34
Outros Passivos Financeiros	(441.053,64)	15.420,00
Provisões	(319.271,27)	(90.571,88)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(39.924,03)	(34.505,43)
Outros Passivos	(1.256.284,81)	(709.504,52)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(965.569.714,97)	1.329.549.789,50
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Sobras da Confederação	513.777,62	-
Aquisição de Intangível	(51.727,72)	(28.728,15)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.812,04)	(1.491.589,67)
Aquisição de Investimentos	(514.257,43)	(892.641,81)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(55.019,57)	(2.412.959,63)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	9.568.803,37	1.556.837,72
Devolução de Capital à Cooperados	(681.033,82)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	8.887.769,55	1.556.837,72
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(956.736.964,99)	1.328.693.667,59
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	7.069.530.442,40	4.681.007.468,54
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	6.112.793.477,41	6.009.701.136,13
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(956.736.964,99)	1.328.693.667,59

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		4.049.076,47	5.695.648,18
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(3.629.913,12)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		(3.629.913,12)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		419.163,35	5.695.648,18

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (denominada "Cooperativa"), fundada em 6 de dezembro de 1988, é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo a organização em comum, e em maior escala, dos serviços econômicos e assistenciais de interesse de suas associadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução dos seus objetivos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 3 de novembro de 2005, através do registro sob nº 63.917.579/0001-71.

A Cooperativa está sediada na Avenida Professor João Fiusa nº 2.604, bairro Jardim Canadá, em Ribeirão Preto SP e tem sua área de atuação abrange todo o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e ao território de suas filiadas.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas majoritárias do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo.

A Resolução CMN nº 4.151/2012 e a Circular BCB nº 3.669/2013 requerem a apresentação de demonstrações financeiras combinadas para as cooperativas centrais de crédito a partir de junho de 2013, caso estas optem pela divulgação de tais informações. As demonstrações financeiras combinadas da cooperativa central de crédito serão apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro

Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução BCB nº 02/2020;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 29/07/2021, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e com a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura de saldos no Balanço Patrimonial de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, depreciações e amortizações, no ativo, e provisões, no passivo, alterações que não influenciaram no saldo total desta demonstração.

2.1 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Cooperativa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração das sobras e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Cooperativa. Quando a participação da Cooperativa nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Cooperativa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

Em linha com o CPC 25, são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2021**.

v) Resultado Não Recorrente

São considerados como resultado não recorrente as receitas e despesas que não estão relacionadas com as atividades da instituição, e que não estão previstas para ocorrer com frequência nos exercícios seguintes.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	4.359.780,92	4.008,54
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.031.436.810,11	6.990.326.017,87
Títulos e valores mobiliários	76.996.886,38	79.200.415,99
TOTAL	6.112.793.477,41	7.069.530.442,40

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras Financeiras Do Tesouro	2.914.909.676,21	-	1.172.571.987,52	-
Ligadas	3.116.160.423,78	-	5.817.754.030,35	5.229.242,67
Ligadas Com Garantia	366.710,12	5.296.261,20	-	-
TOTAL	6.031.436.810,11	5.296.261,20	6.990.326.017,87	5.229.242,67

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em **30 de junho de 2021** e **2020**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Modalidade	30/06/2021	31/12/2020
	Até 90 dias	Até 90 dias
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	2.599.312.070,53	
Fundo Centralização Financeira (ii)	75.864.077,85	79.072.742,47
Fundo Renda Fixa (iii)	1.132.808,53	127.673,52
TOTAL	2.676.308.956,91	79.200.415,99

(i) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 103% da taxa Selic.

(ii) Referem-se a aplicações no BANCOOB originadas de excedentes de caixa da conta movimento da Sicoob São Paulo e remuneradas por, aproximadamente, 93% do CDI.

(iii) Referem-se a cotas de Fundo de Renda Fixa no BANCOOB, cuja remuneração média é de, aproximadamente, 100% do CDI. Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações junto ao Tesouro Nacional.

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	1.969.542,59	266.902,61	2.236.445,20	1.910.176,09	1.860.953,26	3.771.129,35
Total de Operações de Crédito	1.969.542,59	266.902,61	2.236.445,20	1.910.176,09	1.860.953,26	3.771.129,35
(-) Provisões para Operações de Crédito	(9.847,72)	(1.334,51)	(11.182,23)	(9.550,88)	(9.304,77)	(18.855,65)
TOTAL	1.959.694,87	265.568,10	2.225.262,97	1.900.625,21	1.851.648,49	3.752.273,70

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A 0,5% Normal	2.236.445,20	2.236.445,20	(11.182,23)	3.771.129,35	(18.855,65)
Total Normal	2.236.445,20	2.236.445,20	(11.182,23)	3.771.129,35	(18.855,65)
Total Geral	2.236.445,20	2.236.445,20	(11.182,23)	3.771.129,35	(18.855,65)
Provisões	(11.182,23)	(11.182,23)		(18.855,65)	
Total Líquido	2.225.262,97	2.225.262,97		3.752.273,70	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	25.751,03	1.943.791,56	266.902,61	2.236.445,20
TOTAL	25.751,03	1.943.791,56	266.902,61	2.236.445,20

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	18.855,65	-
Constituições	12.304,45	18.855,65
Reversões	-19.977,87	-
TOTAL	11.182,23	18.855,65

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	1.868.895,51	84,000%	3.771.129,35	100,00%
10 Maiores Devedores	2.236.445,20	100,00%	3.771.129,35	100,00%
50 Maiores Devedores	2.236.445,20	100,00%	3.771.129,35	100,00%

8. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas a Central por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por Depósitos em Garantia	0,00	518.678,03	0,00	837.949,30
TOTAL	0,00	518.678,03	0,00	837.949,30

Refere-se substancialmente a depósitos para Pis e Cofins, atualizados pela taxa SELIC.

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Estão compostos em 30/06/2021:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	37.058,50	0,00	33.018,76	0,00
TOTAL	37.058,50	0,00	33.018,76	0,00

10. Outros Ativos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	246.485,91	-	343.545,45	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	79.633,96	-	99.837,76	-
Devedores Diversos - País	27.116,05	-	89.912,84	-
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Próprios (a)	-	1.775.833,62	-	2.500.000,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (b)	-	1.516.840,63	-	1.516.840,63
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec.	-	(862.402,11)	-	(1.586.568,49)
Despesas Antecipadas	75.056,55	-	-	-
TOTAL	428.292,47	2.430.272,14	533.296,05	2.430.272,14

(a) Refere-se a antiga sede da Cooperativa, registrada ao seu valor contábil líquido.

(b) Refere-se a imóveis recebidos em dação de pagamento, de cooperativas ex-associadas, decorrentes de operações de crédito.

11. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB SP** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	126.739.719,23	124.399.676,57
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	29.883.000,00	29.369.222,38
Outras Participações	114.500,00	114.500,00
TOTAL	156.737.219,23	153.883.398,95

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos:

	Bancoob	CCS	Confebrás	CNAC	Sicoob Corretora	Ativos		Total
						SicoobSP Corretora	SicoobSP Securizadora	
Saldo em 1º janeiro de 2020	115.186.773,62	28.934.837,79	500,00	433.517,06	12.500,00			144.568.128,47
Recebimento de dividendos	(7.297.789,39)							(7.297.789,39)
Resultado de equivalência patrimonial	9.567.842,48							9.567.842,48
Aumento de investimentos	8.190.431,20		367,53			51.000,00	51.000,00	8.292.798,73
Transferência de ações ON	(1.247.581,34)							(1.247.581,34)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	124.399.676,57	28.934.837,79	867,53	433.517,06	12.500,00	51.000,00	51.000,00	153.883.398,95
Saldo em 1º janeiro de 2021	124.399.676,57	28.934.837,79	867,53	433.517,06	12.500,00	51.000,00	51.000,00	153.883.398,95
Recebimento de dividendos	(2.747.518,15)							(2.747.518,15)
Resultado de equivalência patrimonial	8.717.473,93							8.717.473,93
Aumento de investimentos		513.777,62						513.777,62
Ajuste de avaliação patrimonial - MtM (i)	(3.629.913,12)							(3.629.913,12)
Saldo em 30 de junho de 2021	126.739.719,23	29.448.615,41	867,53	433.517,06	12.500,00	51.000,00	51.000,00	156.737.219,23

(i) Refere-se ao ajuste de MTM dos instrumentos financeiros do Bancoob.

12. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (a)		17.799,20	392.523,69
Instalações	10%	1.490.120,72	1.490.120,72
Móveis e equipamentos de Uso	10%	735.798,55	731.983,55
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.006.688,74	638.457,21
Sistema de Segurança	10%	277.027,77	271.537,77
Sistema de Transporte	20%	91.000,00	91.000,00
Total de Imobilizado de Uso		3.618.434,98	3.615.622,94
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(142.183,18)	(67.677,16)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(847.252,46)	(733.545,64)
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(77.855,73)	(68.755,71)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(1.067.291,37)	(869.978,51)
TOTAL		2.551.143,61	2.745.644,43

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

13. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	341.145,51	295.817,79
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	6.400,00	0,00
Total de Intangível	347.545,51	295.817,79
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(300.009,70)	(265.519,19)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(300.009,70)	(265.519,19)
TOTAL	47.535,81	30.298,60

14. Depósitos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito a Prazo	70.853.296,63	422.164.542,97	488.415.000,00	5.228.000,00
TOTAL	70.853.296,63	422.164.542,97	488.415.000,00	5.228.000,00

Os depósitos a prazo possuem liquidez imediata, são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

Com a finalidade de redução de despesas com registros na B3, foi aprovado no decorrer do primeiro semestre de 2020, a transferência dos recursos das singulares em Depósito a Prazo (RDC) para a Centralização Financeira (nota 12a), exceto as aplicações que tratam de garantias, alterando também, a remuneração diária de 95% do CDI do dia para 100% do CDI dia.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	3.349.017.864,05	38,92%	2.613.313.435,35	38,00%
10 Maiores Depositantes	8.220.089.012,86	95,54%	6.579.695.600,41	94,00%
50 Maiores Depositantes	8.604.196.545,16	100,00%	6.968.075.509,41	100,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(7.287.750,47)	(69.092.031,48)
TOTAL	(7.287.750,47)	(69.092.031,48)

15. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Centralização financeira de cooperativas	8.111.178.705,56	6.474.432.756,10
TOTAL	8.111.178.705,56	6.474.432.756,10

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	20.834,04	0,00	461.887,68	0,00
TOTAL	20.834,04	0,00	461.887,68	0,00

17. Outros Passivos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias				
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	4.000.040,86	-	3.547.490,38	-
Gratificações a pagar	-	-	298.209,17	-
Quotas de capital a pagar	-	-	623.836,85	-
Fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições a recolher	300.121,22	-	340.045,25	-
Diversas				
Provisão de férias, 13º salário e encargos	949.991,18	-	925.558,70	-
Provisão para contingências	-	516.278,03	-	835.549,30
Outras	121.979,28	-	799.790,81	-
TOTAL	5.372.132,54	516.278,03	6.534.931,16	835.549,30

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN.

18. Provisões

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais	516.278,03	518.678,03	835.549,30	837.949,30
TOTAL	516.278,03	518.678,03	835.549,30	837.949,30

A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e também quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui depósitos judiciais de R\$ 519 em 30 de junho de 2021 (R\$ 837 em 2020). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente. Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas, entendem que toda movimentação financeira de cooperativa de crédito constituiu ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais “CARF”, quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas. Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil ainda não foram pacificados. Portanto, em 30 de junho de 2021, a administração da Cooperativa optou em manter a provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 516 (R\$ 836 em 31 de dezembro de 2020), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite.

A Cooperativa é ré em duas demandas de natureza cível, com valor total de R\$ 3.819.838,47, discutidas na esfera judicial, onde a administração decidiu com base na opinião de seus

assessores jurídicos, que indica perda possível, mas não provável, em não registrar provisão para contingência em face desse assunto.

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	236.612.120,08	219.681.856,49
Associados	15	16

b) Reservas de sobras

b.1 Reserva legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais e futuras e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, o percentual de destinação para a Reserva Legal é de 25%.

b.2 Reserva de contingência

Constituída em exercícios anteriores, a reserva de contingência é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinada para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em vinte 24 de dezembro de 2018, foi deliberado pela retirada da reserva de contingência do Estatuto Social, bem como, foi deliberado pela utilização integral dos montantes constituídos até aquela data, para cobertura das contribuições ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob Confederação, cuja utilização deverá ocorrer pelo período máximo de 36 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021, ocasião em que o Fundo de Contingência e Liquidez será liquidado e eventuais recursos remanescentes serão transferidos para o Fundo de Reserva da Central. No decorrer de 2019, foi utilizado o total de R\$ 10.602 para contribuições ao referido Fundo. Em 2020 não ocorreu retirada da reserva.

b.3 Fundo de assistência técnica, educacional e social – Fates

Possui a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como. O percentual de destinação do FATES é de 5%.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d) Outros resultados abrangentes

Trata-se do reconhecimento de MTM dos instrumentos financeiros do Bancoob.

20. Ingressos da intermediação financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Operações de crédito	60.099,00	15.562,00
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	100.202.118,00	93.877.710,00
TOTAL	100.262.217,00	93.893.272,00

21. Dispêndios da intermediação financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Operações de captação no mercado	(7.287.750,47)	(69.092.031,48)
Dispêndios de depósitos intercooperativos	(90.466.618,53)	(18.213.729,29)
Provisão para operações de créditos	7.673,42	(18.591,38)
TOTAL	(97.746.695,58)	(87.324.352,15)

22. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(78.769,68)	(24.334,20)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(709.500,89)	(548.668,98)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(324.452,15)	(348.185,20)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(893.390,86)	(767.025,12)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.324.831,49)	(1.959.785,38)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	(7.070,69)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(2.400,00)	(800,00)
TOTAL	(4.333.345,07)	(3.655.869,57)

23. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(34.973,85)	(29.045,08)
Despesas de Aluguéis	(192.297,40)	(180.000,00)
Despesas de Comunicações	(83.998,77)	(57.876,76)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(45.442,04)	(6.229,87)
Despesas de Material	(11.299,83)	(5.407,33)
Despesas de Processamento de Dados	(252.863,79)	(194.669,50)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.230,00)	(310.099,08)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(499,90)	(62.090,02)
Despesas de Publicações	(3.400,00)	(1.260,00)
Despesas de Seguros	(37.058,13)	(47.375,55)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(355.903,33)	(368.760,11)
Despesas de Serviços de Terceiros	(24.280,15)	(34.968,57)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(120.431,31)	(167.266,22)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(171.019,97)	(204.954,84)
Despesas de Transporte	(6.662,47)	(12.248,37)
Despesas de Viagem no País	(13.664,34)	(67.395,12)
Despesas de Amortização	(34.490,51)	(7.987,78)
Despesas de Depreciação	(197.312,86)	(115.493,15)
Outras Despesas Administrativas	(137.737,53)	(126.683,57)
Emolumentos judiciais e cartorários	(519,20)	(1.566,19)
Contribuição a OCE	(35.424,54)	(32.800,62)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(303.167,49)	(561.930,44)
TOTAL	(2.063.677,41)	(2.596.108,17)

24. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de encargos e despesas	1.337.905,79	1.314.318,99
Outras rendas operacionais	870.743,86	27.322,25
Outras	-	100.000,00
TOTAL	2.208.649,65	1.441.641,24

25. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

a) Bancoob

O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB Confederação. A Cooperativa mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao BANCOOB, nos termos que estariam disponíveis para terceiros. Em 9 de setembro de 2020, foi divulgada a Carta Circular nº 555 pelo Sicoob Confederação, informando sobre o novo acordo das cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Bancoob, firmado em 11 de fevereiro de 2020, o qual alterou a regra de composição no Conselho de Administração do Bancoob, passando a considerar as dezesseis centrais no quórum de deliberação. Dessa forma, cada Central tem direito a um único voto nas reuniões, independentemente da quantidade de ações que detenha. O peso das ações só será utilizado como critério de desempate.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	6.031.436.810	6.990.326.018
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	2.676.308.957	79.200.416
Realizável a longo prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	5.296.261	5.229.243
Investimentos (nota 8)	126.739.719	124.399.677
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	86.418.243	67.307.828
Títulos e valores mobiliários	13.788.369	13.374.521
Resultado de participação em controlada (nota 8)	5.969.476	5.542.133

b) Centro Cooperativo Sicoob CCS

O Centro Cooperativo Sicoob CCS é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria. Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos	29.883.000	29.369.222
Principais operações:		
Resultado		
Dispêndios		
Rateios de dispêndios do SICOOB Confederação (i)	(348.063)	(529.490)

(i) Em 14 de dezembro de 2016, o SICOOB Confederação através da Resolução 179, instituiu a Política de Rateio de Despesas do SICOOB Confederação, com início de vigência para 1º de janeiro de 2017. De acordo com a política, as despesas a serem rateadas são classificadas em: a) tecnologia: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, processamentos de dados, pessoal terceirizado, comunicação, serviços técnicos, segurança e outras despesas; b) demais áreas: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, administrativas, aluguéis e condomínios, comunicação, serviços técnicos e outras despesas.

c) Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O Sicoob São Paulo possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 16 cooperativas singulares filiadas ao Sicoob São Paulo. As cooperativas de crédito singulares do Sicoob São Paulo são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo	70.853.297	488.415.000
Relações interfinanceiras	8.111.178.706	6.474.432.756
Não circulante		
Depósitos a prazo	422.164.543	5.228.000
Principais operações:		
Resultado		
Dispêndios		
Dispêndios com depósitos a prazo	(90.466.619)	(70.003.517)
Dispêndios de depósitos intercooperativos	(7.287.750)	(85.427.280)

d) Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB Corretora

A Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelas cooperativas centrais do Sistema – Sicoob. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos	12	12
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais	8	13

e) SicoobSP Corretora de Seguros Ltda

No decorrer do Exercício de 2020, foi constituída a SicoobSP Corretora de Seguros, sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos	51.000	51.000

f) Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda

No decorrer do exercício de 2020, foi constituída a Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda., sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. A sociedade tem por objetivo social a compra e administração de operações de crédito, aquisições de bens móveis e imóveis e participação em outras sociedades.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos	51.000	51.000

g) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração da Cooperativa inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria e as cédulas de presença dos conselheiros.

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS		
Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Honorários - Conselho Fiscal	78.769,68	24.334,20
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	709.500,88	548.668,98
Plano de Saúde	8.340,36	8.084,10

26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

27. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
RWA Total	721.285.159,97	1.227.988.223,47
Índice de Basileia	22,91%	12,76%

RIBEIRÃO PRETO-SP

RODRIGO MATHEUS SILVA DE MORAES

DIRETOR PRESIDENTE

PEDRO SÉRGIO DO CAMPO

DIRETOR CONTÁBIL

JOSE GUILHERME CARDOSO CORSI

CONTADOR 1SP314649